

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/2.^a SL

Aos 30 dias do mês de novembro de 2016, pelas 12 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Apreciação e votação do parecer sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - Proposta de Lei n.º 35/XIII/2.^a (GOV) - Procede à vigésima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando várias substâncias à Tabela II – A - Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD);
 - Projeto de Lei n.º 327/XIII/2.^a (BE) - Procede à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível (aprovado pela lei n.º 141/2015, de 8 de setembro e à segunda alteração à lei n.º 75/98, de 19 de novembro) - Relator: Sara Madruga da Costa (PSD);
4. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - Proposta de Lei n.º 30/XIII/2.^a (GOV) - Procede à primeira alteração da Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto;
 - Projeto de Lei 274/XIII/1.^a (PCP) - Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais;
5. **Admissão e distribuição de petições, designadamente:**
 - Petição n.º 175|XIII|1.^a - Solicita uma alteração legislativa para que seja estabelecido um tempo máximo para a decisão sobre a admissibilidade das petições entregues na Assembleia da República;
 - Petição n.º 176|XIII|1.^a - Autonomização dos princípios gerais da transparência e anticorrupção como garante da efetivação de direitos e liberdades fundamentais.
 - Petição n.º 185|XIII|2.^a - Responsabilização Criminal de Aníbal Cavaco Silva;
 - Petição n.º 190|XIII|2.^a - Reconhecimento da profissão de polícia como "profissão de desgaste rápido" e alteração dos Estatutos da PSP;
 - Petição n.º 192|XIII|2.^a - Solicita uma alteração legislativa com vista à criação de uma incompatibilidade, no âmbito das eleições para os órgãos autárquicos, e à fixação de prazo de inelegibilidade para cargo político e para o exercício de cargo público, em virtude de condenação em ação judicial;
 - Petição n.º 204|XIII|2.^a - Solicitam a revogação da pena de prisão aplicada a Maria de Lurdes Lopes Rodrigues;
 - Petição n.º 209|XIII|2.^a - Requerem a intervenção do Presidente da Assembleia da República com vista à salvaguarda do direito constitucional de acesso ao direito e aos tribunais de pessoas coletivas e singulares.
6. **Apreciação e votação de relatórios finais de Petições, designadamente:**
 - Petição n.º 103/XIII/2.^a - Solicitam a despenalização da morte assistida - Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE);
 - Petição n.º 100/XIII/1.^a - Pretende que a idade para ingressar nas Forças de Segurança e Forças Armadas seja aumentada - Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD);
 - Petição n.º 112/XIII/1.^a - Solicitam que a Assembleia da República debata o instituto da prisão preventiva e eventual iniciativa legislativa relativa aos prazos da prisão preventiva e à aplicação alternativa da medida de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/2.^a SL

permanência na habitação com recurso a vigilância eletrónica - Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS);

- Petição n.º 142/XIII/1.^a - Pretende que seja feita uma auditoria especial à forma como são atribuídos os subsídios de alojamento, ajudas de custo e outros abonos atribuídos aos membros do Governo e Deputados - Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS);
- Petição n.º 151/XIII/1.^a - Solicitam que a Assembleia da República aprove a realização de um referendo e promova a discussão pública sobre a gestão de substituição - Relator: Deputado António Filipe (PCP);
- Petição n.º 156/XIII/1.^a - Solicita a alteração da designação "sexo" por "género" no cartão de cidadão e demais documentos de identificação e a introdução do género "neutro" no cartão de cidadão, a pedido do seu titular - Relatora: Deputada Sandra Cunha (BE);
- Petição n.º 168/XIII/1.^a - Solicita a alteração do estatuto do Provedor da Justiça, reforçando os poderes desta entidade - Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD);

-
- Petição n.º 13/XIII/1.^a - Solicitam a alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (artigo 2.º), no sentido de ser excluído do seu âmbito de aplicação o pessoal com funções policiais da Polícia Judiciária - Relator: Deputado António Gameiro (PS);
 - Petição n.º 29/XIII/1.^a - Solicita a alteração do Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional, no sentido de se facilitar a legalização de estrangeiros e suas famílias que queiram fixar residência em Portugal - Relatora: Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP);
 - Petição n.º 43/XIII/1.^a - Solicita a reintrodução da prisão perpétua e o estabelecimento da imprescritibilidade dos crimes mais graves no Código Penal Português - Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS);
 - Petição n.º 59/XIII/1.^a - Solicita a alteração da legislação no sentido de os seguranças privados passarem a ter direito de uso e porte de arma nos mesmos termos que as Forças de Segurança - Relatora: Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP);
 - Petição n.º 72/XIII/1.^a - Solicita a alteração do artigo 738.º do Código do Processo Civil e do artigo 3.º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) no sentido de ser expressamente vedada a possibilidade de penhora da totalidade dos rendimentos profissionais dos trabalhadores por conta própria - Relatora: Deputada Francisca Parreira (PS);
 - Petição n.º 95/XIII/1.^a - Solicita a apreciação da legalidade das Portarias n.º 931/2006, de 8/9 e 192/2015, de 29/6, na parte relativa à obrigatoriedade de os portadores de armas de fogo manifestadas com livretes antigos procederem à sua substituição pelo atual modelo - Relator: Deputado António Gameiro (PS);
 - Petição n.º 99/XIII/1.^a - Solicitam a exclusão dos elementos da carreira de investigação e fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do âmbito da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP) - Relator: Deputado António Gameiro (PS);
 - Petição n.º 107/XIII/1.^a - Solicita a alteração da Lei n.º 7/2007, de 5 de Fevereiro, que criou o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, no sentido de serem aditados ao circuito integrado do cartão (chip) elementos de identificação adicionais e de ser criado um cartão "braçadeira eletrónica" para pessoas em situação vulnerável - Relatora: Deputada Francisca Parreira (PS);
 - Petição n.º 120/XIII/1.^a - Solicita a criação de gabinetes do Cidadão ou do Provedor de Justiça em todas as instituições públicas, em especial das que disponham de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/2.^a SL

- balcões de atendimento aos cidadãos - Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS);
- Petição n.º 123/XIII/1.^a - Solicita a criação de um Centro de Arbitragem de Conflitos da Segurança Social - Relatora: Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP);
 - Petição n.º 125/XIII/1.^a - Liberdade de Circulação - Mobilidade Terrestre dos cidadãos estrangeiros refugiados ou imigrantes - Relatora: Deputada Susana Amador (PS);
 - Petição n.º 168/XIII/1.^a - Solicita a alteração do estatuto do Provedor da Justiça, reforçando os poderes desta entidade - Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD)
 - Petição n.º 170/XIII/1.^a - Solicita alteração legislativa ao regime de passagem à situação de reserva dos Militares da Guarda Nacional Republicana, de forma a garantir a justiça e equidade de tratamento - Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD);
7. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
8. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

Iniciativa	Título	Comissão competente	Relator nomeado
PJL 341/XIII/2. ^a (PSD)	Alterações ao Estatuto do Gestor Público e aos regimes jurídicos do setor empresarial do Estado e do setor empresarial local	COFMA Conexão com a CACDLG	
PJL 342/XIII/2. ^a (PSD)	Impõe deveres de transparência aos administradores da Caixa Geral de Depósitos e altera o Estatuto do Gestor Público	CCOFMA Conexão com a CACDLG	
PJL 343/XIII/2. ^a (PCP)	Primeira alteração ao Decreto – Lei nº 233/2008, de 2 de dezembro que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da Guarda Nacional Republicana (GNR)	CACDLG Deliberado submeter a apreciação pública	Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
PJL 345/XIII/2. ^a (PS)	Promove a regulação urgente das responsabilidades parentais e a atribuição de alimentos em situações de violência doméstica e de aplicação de medidas de coação ou de pena acessória que impliquem afastamento entre progenitores	CACDLG Deliberado solicitar parecer ao CSM, CSMP e OA e convidar para emissão de contributo	Deputada Sandra Cunha (BE)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/2.^a SL

		escrito as seguintes entidades: Igualdade Parental, APAV, APMJ e UMAR	
PJL 347/XIII/2. ^a (PCP)	Exclui a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (4.^a alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho)	CACDLG Conexão com a 10. ^a Comissão Deliberado submeter a apreciação pública	Deputado António Gameiro (PS)
PJL 348/XIII/2. ^a (PS)	Procede à segunda alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, reforçando o quadro legal sancionatório da manipulação de competições desportivas	CACDLG Conexão com a 12. ^a Comissão Deliberado solicitar parecer ao CSM, CSMP e OA	Deputado José Manuel Pureza (BE)

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
PJR 551/XIII/2. ^a (PCP)	Curso extraordinário do CEJ para magistrados do Ministério Público	Discussão em Comissão
PJR 555/XIII/2. ^a (BE)	Recomenda ao Governo a abertura, em 2017, de um curso extraordinário do Centro de Estudos Judiciários para a formação de 100 novos magistrados do Ministério Público	Discussão em Comissão

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	ANÚNCIO COMISSÃO	RELATOR NOMEADO
PPR 30/XIII/2. ^a (GOV)	Aprova a alteração ao artigo 8.º e outras alterações ao Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional relativas ao Crime de Agressão, adotadas na	Em conexão com a 1. ^a Comissão sendo	Deputado José Manuel Pureza (BE) (Parecer a convite da CNECP)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/2.^a SL

	Conferência de Revisão em Kampala, de 31 de maio em 11 de junho de 2010.	competente a CNECP, que convida a CACDLG a, querendo, emitir parecer até 9 de dezembro	
PPR 31/XIII/2. ^a (GOV)	Aprova a alteração ao artigo 124.º do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, adotada na Haia, em 26 de novembro de 2015.	Em conexão com a 1. ^a Comissão sendo competente a CNECP, que convida a CACDLG a, querendo, emitir parecer até 9 de dezembro	Deputado José Manuel Pureza (BE) (Parecer a convite da CNECP)

Foi ainda comunicado o convite da 2.^a Comissão para a emissão de parecer até 9 de dezembro sobre a PPR n.º 32/XIII/2.^a (GOV) - [Aprova o Acordo de Parceria e Cooperação Reforçadas entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Cazaquistão, por outro, assinado em Astana em 21 de dezembro de 2015.](#), iniciativa que baixou apenas à 2.^a Comissão, sem conexão com a 1.^a.

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

COM(2016)731 Proposal for a REGULATION OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL establishing a European Travel Information and Authorisation System (ETIAS) and amending Regulations (EU) No 515/2014, (EU) 2016/399, (EU) 2016/794 and (EU) 2016/1624	Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS)
COM(2016)711 Proposta de DECISÃO DE EXECUÇÃO DO CONSELHO que estabelece uma recomendação para o prolongamento temporário dos controlos nas fronteiras internas em circunstâncias excecionais que ponham em risco o funcionamento global do espaço Schengen	Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD)



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/2.ª SL

COM(2016)710 COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Programa de Trabalho da Comissão para 2017 Realizar uma Europa que protege, capacita e defende	Relatora: Deputada Susana Amador (PS)
--	---------------------------------------

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se à apreciação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 35/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - *Procede à vigésima segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando várias substâncias à Tabela II*, – A, que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, após a sua apresentação pela Relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD).

A mesma Relatora apresentou em seguida o seu parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 327/XIII/2.ª \(BE\)](#) - *Procede à primeira alteração ao Regime Geral do Processo Tutelar Cível (aprovado pela lei n.º 141/2015, de 8 de setembro e à segunda alteração à Lei n.º 75/98, de 19 de novembro)*, que também foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, foi adiada, a requerimento do CDS/PP, a discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 30/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - *Procede à primeira alteração da Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto* e do [Projeto de Lei 274/XIII/1.ª \(PCP\)](#) - *Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais*.

A esse propósito, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), que deu conta de que o Grupo Parlamentar do PSD entendia não se encontrarem reunidas as condições para se proceder à discussão e votação na especialidade dessa matéria, desde logo, por uma questão material, substantiva e política – o facto de a Ministra da Justiça se ter comprometido a fazer chegar à Assembleia o projeto de Decreto-Lei que altera a regulamentação da Lei da Organização do Sistema Judiciário, e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais, e de, até ao momento, tal não ter ocorrido, o que

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/2.^a SL

acarretava dificuldades óbvias de transparência política, e, ainda, por entender que deveria ser feito um conjunto muito alargado de audições, posição que foi secundada pela Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP).

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) disse registar a crítica feita pelo PSD quanto à essencialidade do projeto de Decreto-lei que altera a regulamentação da Lei da Organização do Sistema Judiciário para a presente discussão e votação, mas recordou que, no passado, em 2013, o PSD não teve a mesma posição. Já o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) apelou a um princípio de razoabilidade quanto ao propósito manifestado pela Ministra da Justiça no sentido de fazer chegar o projeto de decreto regulamentar aos Deputados, na medida em que tal era desconforme com as regras procedimentais que regem as relações entre o Governo e a Assembleia, sublinhando que não estariam reunidos os pressupostos institucionais, designadamente a respetiva aprovação em Conselho de Ministros, intervenção que suscitou fortes protestos do Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), que considerou que o Senhor Deputado Jorge Lacão (PS) passou um «atestado de irresponsabilidade política à Ministra da Justiça» ao referir a sua inexperiência no tratamento destas questões. Reforçou, ainda, que não via razão para que não fossem repetidas, no plenário da Comissão, para dar dignidade ao processo, as audições realizadas com diversas entidades quando do processo legislativo de 2013, que aprovou a Lei da Organização do Sistema Judiciário.

O Senhor Presidente informou os Senhores Deputados que, após a baixa à Comissão, na especialidade, da proposta de lei n.º 30/XIII/2.^a (GOV), haviam sido solicitados pareceres escritos às seguintes entidades: Conselho Superior da Magistratura, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, Ordem dos Advogados, Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução e Associação Nacional de Municípios Portugueses. Mais esclareceu que fora recebido também o contributo escrito da Senhora Procuradora-Geral da República e que, em 29 de novembro de 2016, recebera, em audiência, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público e a Associação Sindical dos Juizes Portugueses. No final, concluiu que os grupos parlamentares tiveram tempo suficiente para requerer as audições que reputassem necessárias.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/2.^a SL

Em seguida, procedeu-se à votação do requerimento oral, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, através do Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim, no sentido de serem repetidas as audições das entidades ouvidas aquando do processo legislativo de 2013, que deu origem à Lei da Organização do Sistema Judiciário, que foi rejeitado, com votos contra do PS, do BE e do PCP e votos a favor do PSD e do CDS-PP.

Foi ainda adiado o quinto ponto da ordem do dia.

No sexto ponto da ordem dia, foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV, os relatórios finais das petições n.ºs Petição n.ºs 100/XIII/1.^a - *Pretende que a idade para ingressar nas Forças de Segurança e Forças Armadas seja aumentada* [Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)]; 112/XIII/1.^a - *Solicitam que a Assembleia da República debata o instituto da prisão preventiva e eventual iniciativa legislativa relativa aos prazos da prisão preventiva e à aplicação alternativa da medida de permanência na habitação com recurso a vigilância eletrónica* [Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS)]; 142/XIII/1.^a - *Pretende que seja feita uma auditoria especial à forma como são atribuídos os subsídios de alojamento, ajudas de custo e outros abonos atribuídos aos membros do Governo e Deputados* [Relatora: Deputada Isabel Alves Moreira (PS)]; 151/XIII/1.^a - *Solicitam que a Assembleia da República aprove a realização de um referendo e promova a discussão pública sobre a gestão de substituição* [Relator: Deputado António Filipe (PCP)]; 156/XIII/1.^a - *Solicita a alteração da designação "sexo" por "género" no cartão de cidadão e demais documentos de identificação e a introdução do género "neutro" no cartão de cidadão, a pedido do seu titular* [Relatora: Deputada Sandra Cunha (BE)] e 168/XIII/1.^a - *Solicita a alteração do estatuto do Provedor da Justiça, reforçando os poderes desta entidade* [Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD)].

Foi ainda aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, o relatório final da petição n.º 103/XIII/2.^a - *Solicitam a despenalização da morte assistida*, tendo o respetivo Relator, Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), explicitado tratar-se de documento da sua exclusiva responsabilidade, que procurara fazer uma síntese do trabalho extenso do Grupo de Trabalho criado para o efeito, agradecendo aos Deputados que o integraram a abertura, a qualidade e a seriedade com que participaram nesse processo.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/2.^a SL

Em seguida, usaram da palavra, além do Senhor Presidente, as Senhoras e os Senhores Deputados Isabel Alves Moreira (PS), Carlos Abreu Amorim (PSD), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), António Filipe (PCP), Jorge Lacão (PS) e André Silva (PAN), tendo todos felicitado e elogiado o Deputado relator pela forma totalmente imparcial como orientou os trabalhos sobre um tema de enorme complexidade e sensibilidade, que se traduziu numa das atividades mais gratificantes e intelectualmente desafiantes em que participaram, constituindo o relatório apresentado um excelente instrumento de trabalho para reflexões futuras muito exigentes.

Não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, o Senhor Presidente deu conta de que a Cerimónia do Prémio Direitos Humanos 2016 teria lugar no dia 23 de dezembro, às 12h30, na Sala do Senado.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de novembro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 13/XIII/2.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Moraes
Carla Tavares
Francisca Parreira
Jorge Lação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Jamila Madeira
José Luís Ferreira
Paulo Rios de Oliveira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Abreu Amorim
Vânia Dias da Silva